

PRESIDÊNCIA

O Desembargador Leonardo de Noronha Tavares, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc. RESOLVE:

PORTARIA Nº 1091/2020-GP. Belém, 08 de abril de 2020. *Republicada por retificação.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2020/09845;
CONSIDERANDO o despacho nº PA-DES-2020/10571, datado de 08/04/2020;

EXONERAR, a pedido, o bacharel FAULZ FURTADO SAUAIA JUNIOR, matrícula nº 183628, do Cargo em Comissão de Assessor de Juiz, REF-CJS-2, junto ao Gabinete do Juízo da Vara Única da Comarca de Gurupá, a contar do dia 13/04/2020.

PORTARIA Nº 1161/2020-GP. Belém, 08 de abril de 2020.

Considerando o pedido de licença médica da Juíza de Direito Claudia Ferreira Lapenda Figueiroa, protocolizado sob o Nº PA-REQ-2020/04406.

DESIGNAR o Juiz de Direito Lucas Quintanilha Furlan, titular da Comarca de Portel, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Comarca de Curralinho no período de 06 de abril a 04 de junho do ano de 2020.

PORTARIA Nº 1162/2020-GP, DE 08 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre o Plano de Contingenciamento de despesas no âmbito do Poder Judiciário do Pará, em razão dos efeitos da pandemia do novo coronavírus-COVID-19.

CONSIDERANDO a entrada em vigor da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas para o enfrentamento da emergência da saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do novo coronavírus-COVID-19;

CONSIDERANDO a edição do Decreto nº 609, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus, no âmbito do Estado do Pará;

CONSIDERANDO que os cenários fiscais no âmbito da Administração Pública Federal e Estadual, projetam retração na economia com reflexos negativos na arrecadação de impostos e taxas, impactando os orçamentos públicos e, por consequência, o orçamento do Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

CONSIDERANDO a necessidade da implementação de medidas no sentido de buscar o equilíbrio orçamentário e financeiro do Tribunal, o que resulta na premente necessidade de contingenciamento de gastos por parte desta Corte de Justiça,

Art. 1º Instituir o Plano de Contingenciamento de Despesas, no âmbito do Poder Judiciário do Pará, com a finalidade de implantar medidas que otimizem gastos e resultem em economia, para o enfrentamento dos reflexos financeiros negativos no orçamento da Instituição, decorrentes da pandemia do novo coronavírus.

Art. 2º Determinar, inicialmente, a adoção das seguintes medidas administrativas, sem prejuízo de outras a serem adotadas:

I - Relacionadas às despesas de pessoal:

a) suspender a nomeação de servidores, exceto para reposição, à critério da Presidência;

- b) suspender a tramitação de processos administrativos que tratem de criação de cargos e aumento de despesas, exceto aqueles que não gerem acréscimo na despesa e sejam destinados a cumprir recomendações dos órgãos de controle externo do Poder Judiciário;
- c) suspender a concessão do gozo de férias a servidores e magistrados que importem no pagamento de adicional de 1/3 de férias, à exceção daquelas cujo pagamento do adicional já tenha sido realizado em meses anteriores;
- d) suspender o pagamento de indenizações de férias a servidores;
- e) suspender o pagamento de auxílio-transporte, não sendo necessário o estorno do valor creditado na folha de março;
- f) suspender o pagamento dos dias trabalhados em plantões ordinários, devendo ser compensados mediante a concessão de folgas, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo único, da Portaria nº 5301/2015-GP;
- g) suspender a concessão de horas extras, salvo em casos excepcionais, à critério da Presidência;
- h) suspender a concessão de gratificações de regime especial de trabalho, salvo em casos excepcionais, a critério da Presidência;
- i) suspender a contratação de novos estagiários, exceto para reposição;
- j) suspender a concessão de licença com vencimentos para participação em cursos de Pós-Graduação, **lato** ou **stricto sensu**.

II - Relacionadas às despesas de investimento e custeio:

- a) suspender a celebração de novos contratos de qualquer natureza, ou ainda, de aditivos contratuais que importem em aumento quantitativo ou qualitativo dos contratos já existentes, à exceção daqueles necessários à realização dos objetivos estratégicos do Poder Judiciário, a critério da Presidência;
- b) reduzir o consumo água, energia elétrica e telefonia, em no mínimo 50% (cinquenta por cento), do realizado no mês anterior;
- c) restringir a aquisição de materiais de consumo, limitada exclusivamente à necessidade de reposição, bem como racionalizar a liberação dos materiais de almoxarifado, à estrita necessidade da continuação dos serviços judiciais e administrativos;
- d) suspender a formalização de novos contratos de locação de imóveis, à exceção daqueles para mitigar risco de prejuízo à continuidade dos serviços jurisdicionais ou administrativos, ou que importem em redução de custos em favor da administração;
- e) suspender autorizações de deslocamento a serviço, com pagamento de diárias e passagens aéreas, exceto aquelas estritamente necessárias à continuidade dos serviços judiciais e administrativos, de representação institucional e correicional, a critério da Presidência;
- f) suspender os projetos que impliquem em aumento de despesa, à exceção daqueles eleitos como estratégicos e necessário de TI, a critério da Presidência;
- g) contingenciar os investimentos na área de tecnologia da informação, à exceção daqueles estritamente necessários aos projetos estruturantes do TJPA e sem prejuízo dos projetos em curso, a critério da Presidência;

h) suspender o início de novas obras e reformas, à exceção daquelas urgentes e indispensáveis a evitar riscos à continuidade dos serviços judiciais e administrativos, bem como para manutenção do projeto UPJ;

i) proceder, de forma eletiva segundo os objetivos estratégicos, a revisão dos contratos, aplicando o percentual de redução de até 25% (vinte e cinco por cento) previsto em lei, acompanhada referida revisão pelos Secretários e decidida pela Presidência.

Art.3º Determinar ao Secretário de Administração a adoção das medidas necessárias ao cumprimento, bem como à elaboração de controles e indicadores para o monitoramento dos itens *çbç*, *çcç* e *çd ç*, do inciso II do artigo 2º, devendo apresentar relatórios quinzenais à Presidência.

Art. 4º Determinar aos Secretários de Informática e Administração do TJPA a adoção das medidas que visem a avaliação legal e operacional ao cumprimento dos itens *çaç* e *çiç*, do inciso II do artigo 2º desta portaria.

Art. 5º Determinar aos Secretários de Gestão de Pessoas e de Informática e ao Diretor do Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística, coordenados pelo Juiz Auxiliar da Presidência Geraldo Neves Leite, a elaboração de estudos para adoção do teletrabalho, como meio preferencial da prestação do serviço jurisdicional, no âmbito do Poder Judiciário do Pará, com os respectivos impactos na produtividade da prestação jurisdicional e nos gastos com a aquisição de material permanente de TI.

Art. 6º A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças fica autorizada a contingenciar o orçamento do Poder Judiciário para atender o redimensionamento dos repasses de receita do Tesouro e do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - FRJ, em virtude da queda de arrecadação do Estado, bem como para atender aos termos desta portaria.

Art.7º As medidas de contingenciamento previstas nesta portaria estarão em vigor até enquanto perdurarem os efeitos negativos da pandemia do novo coronavírus na economia do Estado.

Art. 8º Os casos omissos e as eventuais dúvidas deverão ser submetidos à deliberação da Presidência.

Art. 9º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 1163/2020-GP. Belém, 08 de abril de 2020.

Considerando o pedido de desistência do gozo de folga, por compensação de plantão, do Juiz de Direito David Guilherme de Paiva Albano.

TORNAR SEM EFEITO a Portaria 1113/2020-GP, quanto a designação do Juiz de Direito Wander Luís Bernardo, titular da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Paragominas, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Vara Criminal de Paragominas, Direção do Fórum de Paragominas e CEJUSC de Paragominas nos dias 16 e 17 de abril do ano de 2020.

PORTARIA Nº 1164/2020-GP. Belém, 08 de abril de 2020.

Considerando o pedido de desistência do gozo de folga, por compensação de plantão, do Juiz de Direito Andrew Michel Fernandes Freire.

TORNAR SEM EFEITO a Portaria 1113/2020-GP, quanto a designação do Juiz de Direito Enguellyes Torres de Lucena, titular da 1ª Vara de Breves, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pelo Juizado Especial Cível e Criminal de Breves no período de 27 a 30 de abril do ano de 2020.

PORTARIA Nº 1165/2020-GP. Belém, 08 de abril de 2020.